



O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro encomendou ao Instituto Gerp uma detalhada pesquisa sobre os médicos do Estado. A idéia foi traçar o perfil desse profissional e checar, desse modo, até que ponto o CREMERJ estava ou não sintonizado com o pensamento médio da categoria. O retrato obtido pelo Gerp não chegou a surpreender. A predominância dos homens na profissão, por exemplo, já era esperada. A pesquisa, porém, indicou claramente a tendência desse quadro se reverter a curto prazo pelo domínio das mulheres nas turmas recém-formadas. O Instituto Gerp encontrou também uma forte preferência por duas especialidades: pediatria e clínica médica. O que não chega a preocupar. Grave, contudo, é a ainda mais forte concentração de profissionais na cidade do Rio de Janeiro. Nada menos que 75% dos médicos do Estado trabalham na capital. Essa edição traz uma matéria especial com os resultados dessa pesquisa.

QUEM É O MÉDICO DO RIO?

Pesquisa do Instituto Gerp revela o perfil dos profissionais de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

A atuação do CREMERJ, durante as vistorias realizadas na Região dos Lagos, no início de julho, foi duramente criticada por alguns profissionais da região, que qualificaram de "antiéticas" as fiscalizações do órgão e a presença da imprensa durante o trabalho. Membros do CREMERJ rebateram as acusações, defendendo que as irregularidades das unidades de saúde devem ser apuradas e documentadas para que hospitais e postos possam voltar às condições éticas de uso.



Vigília contra a corrupção

O apoio de estudantes, intelectuais, políticos e entidades como o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro contribuiu para o sucesso da "Vigília pela Ética e Democracia", realizada no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante o encontro, todos defenderam a prática da cidadania para que seja superada a corrupção política e social do País.

Água contaminada pune diretor	3
Violência nos postos de saúde	11
Clube do Osso	12

AGENDA

Câncer na mama

A mesa-redonda "Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Mama" será realizada no dia 27 de agosto, às 10h, no Auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do PAM-Centro (Venezuela). Os assuntos abordados serão: diagnóstico por imagem (Dr. Euderson Kang Tourinho - UFRJ), tratamento cirúrgico (Dr. Augusto Cesar Peixoto Rocha - UFRJ), radioterapia (Dr. Marcos Polônia - HSE), quimioterapia e hormonioterapia (Dr. Ernani Saltz - INCA) e reconstrução da mama (Dr. José Kogut - INCA). As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas no local do evento. O endereço do PAM-Centro é Avenida Venezuela, 134 - bloco B - 10º andar.

Ética na sociedade

O Conselho Federal de Medicina e o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro promovem o FÓRUM NACIONAL SOBRE ÉTICA NA SOCIEDADE, nos dias 24, 25 e 26 de setembro, no Hotel Glória. O Fórum será aberto pelo Ministro da Saúde Adib Jatene e terá, além das participações de representantes do CREMERJ, como o médico Roberto Chabo, e do Presidente do CFM, Ivan de Araújo Moura Fé, as presenças do sociólogo Hebert de Souza, dos jornalistas Villas-Boas Corrêa e Gilberto Dimenstein e dos professores Eustachio Portela Nunes, da UFRJ, e Christovan Buarque. Serão discutidos vários temas, entre sigilo profissional, eutanásia e fronteiras da ética: psiquiatria e psicanálise.

III Gastren-Rio em agosto

O III Gastren-Rio, um grande encontro de gastroenterologia com participantes nacionais e estrangeiros, foi realizado no Hotel Rio Palace, de 10 a 12 de agosto. A Sociedade de Gastroenterologia do Rio de Janeiro promoveu o evento. O preço das taxas de inscrição foram Cr\$ 100.000 (sócios da SGRJ), Cr\$120.000 (não sócios) e Cr\$65.000 (acadêmicos e residentes), e as inscrições feitas na Rua Visconde Silva, 52, grupo 505, ou pelo telefone 286-2846.

Uma semana para o fígado

O Grupo de Fígado do Rio de Janeiro promove, dos dias 10 a 12 de setembro, no Colégio Brasileiro de Cirurgiões, a 1ª. Semana de Fígado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Dr. Fernando W. Portella. O evento é aberto a médicos e estudantes de Medicina e será conferido aos participantes certificados no fim do encontro. Maiores informações podem ser obtidas na Rua Visconde de Pirajá, 595, sala 808, ou pelos telefones 239-0348 e 239-2247.

Saúde nos anos 90

"A Saúde nos anos 90 - O que se espera?" é o tema de abertura da 1ª. Semana Científica Multiprofissional do Hospital Geral de Bonsucesso. O encontro vai ser realizado no dia 24 de agosto, a partir das 10 horas no anfiteatro "A" do Hospital. Outros detalhes podem ser obtidos no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do HGB, pelo telefone 280-6882 ramais 309 ou 323.

EDITORIAL

A opinião dos médicos

A função de representar uma coletividade deveria pressupor o conhecimento sistemático dos representados, suas demandas e opiniões. Este comportamento, contudo, ainda não está incorporado à cultura de grande parte de nossas instituições. Sabemos que a função representativa do Conselho tem caráter muito peculiar, distinta dos sindicatos.

Os instrumentos legais que norteiam as atividades dos Conselhos só permitem a representação do interesse pessoal do médico quando este estiver figurado no Código de Ética Médica, como é o caso do processo de desagravo público, quando o médico for vítima de calúnia ou difamação devidamente apurada. O Capítulo II do nosso Código, relaciona mais oito artigos reunidos sob o título Direito dos Médicos.

Entretanto, ao propugnar pela boa qualidade da Medicina, e ao mesmo tempo, estar investido das prerrogativas de Tribunal Ético, o Conselho está, forçosamente, promovendo a profissão perante a opinião pública, e de modo equivalente cada um daqueles que a exercem dignamente.

É bom repetir, por mais óbvio que possa parecer, que o prestígio da profissão não depende apenas das ações que o CREMERJ possa desenvolver neste sentido, mas também daquilo que cada médico é capaz de produzir no cotidiano de seu trabalho, seja num hospital público ou privado ou mesmo em seu consultório. A qualidade desse trabalho e a satisfação dos usuários têm seguramente peso decisivo sobre o conceito público da profissão e da categoria médica.

Não há, portanto, outra alternativa para uma empreitada dessa natureza, ou seja, Conselho e médicos têm que caminhar juntos. Daí a necessidade do conhecimento mútuo.

Com a pesquisa de opinião que ora divulgamos, abrimos mais uma via de comunicação com os médicos, a via do retorno. Os anseios, as necessidades e as críticas terão que servir para criar novos vínculos entre Conselho e médicos na superação dos obstáculos interpostos pela atual reordenação dos serviços de saúde. Esta tarefa, como foi dito, não terá êxito se não for firmado este mútuo compromisso.

Numa análise geral, a pesquisa permite concluir que os diversos segmentos da categoria majoritariamente estão aprovando as iniciativas do Conselho, em particular sua ação judicante, a criação das Comissões de Ética, a fiscalização dos hospitais em conjunto com alguns Conselhos da área de saúde e também o *Jornal do CREMERJ*. Este resultado é sabidamente contextual, provisório, e por isso deve servir não apenas para revelar a opinião dos médicos num determinado instante, mas principalmente para alimentar uma estratégia de ação conjunta com os médicos.

A Diretoria está convencida de que as críticas e sugestões, à medida que forem acolhidas e incorporadas à sua ação, irão fortalecer o laço do compromisso dos médicos com o trabalho do Conselho.

A Diretoria

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA: Presidente - Laerte Andrade Vaz de Melo. Vice-Presidente - Maria Thereza Guimarães Palacios. Primeiro Secretário - Franklin Rubinstein. Segundo Secretário - José Eberienos Assad. Tesoureiro - Jorge Farha.

CONSELHEIROS: Acrysio Peixoto de Souza Filho, Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso, Aloisio Tibiriçá Miranda, Amâncio Paulino de Carvalho, Ana Maria Cantalice Lipke, Antônio Mendes Biasoli, Antônio de Oliveira Albuquerque, Carlos Henrique Pereira Lima, Crescêncio Antunes da Silveira Neto, Delta Werneck Ribeiro, Eduardo Augusto Bordinho, Elias Feld, Eraldo Bulhões Martins, Franklin Rubinstein, Gerson Rodrigues do Lago, Gilson Maurity Santos, Humberto José Coelho Martins, Irapoan Pimenta, Jorge Farha, Jorge Josias Guimarães, Jorge Luiz do Amaral, José Carlos Diniz Gonçalves, José Eberienos Assad, Laerte Andrade Vaz de Melo, Marcelo Barbosa Gonzaga, Marcia Caetano Jandre de Assis Tavares, Márcio Leal de Meirelles, Marcos Fernando de Oliveira Moraes, Maria Alice

Gosende Werneck Genofre, Maria da Conceição Pires Barbosa, Maria Filomena Xavier Mendes, Maria Thereza Guimarães Palacios, Mauro Brandão Carneiro, Paulo Walker Duarê, Regina Helena Lamin Dias, Ricardo Lacerda Baptista, Roberto Domingos Gabriel Chabo, Sérgio Lúcio de Miranda, Sonia Maria Pinheiro de Almeida, Walber Vieira, Walter de Almeida Barbosa.

Delegacia da Região dos Lagos - Pres. José Antônio da Silva. Av. Júlia Kubitscheck, 35/114, 28900, Cabo Frio, RJ, Tel: (0246) 43-3594. **Delegacia do Centro-Norte Fluminense** - Pres. Júlio César Gomes de Andrade. Pça. Pres. Getúlio Vargas, 176/603, 28610, Nova Friburgo, RJ, Tel: (0245) 22-1778. **Delegacia do Sul Fluminense** - Pres. Cláudio Martinho Guimarães Borges. Av. Getúlio Vargas, 767/306, 27253, Volta Redonda, RJ, Tel: (0243) 42-0577. **Delegacia do Norte Fluminense** - Pres. Ligia Maria Menezes Muylaert. Pça. São Salvador, 41/1.405, 28010, Campos, RJ, Tel: (0247) 22-8184. **Delegacia Regional de Niterói** - Pres. Aloisio da Silva Brazil. Rua Cel. Gomes Machado, 136/1.201-1.202,

24020, Niterói, RJ, Tel: 722-5892. **Delegacia da Região Serrana - Petrópolis** - Pres. Sonia Maria Pinheiro de Almeida. Rua Alencar Lima, 35/1.208-1.210, 25620, Petrópolis, RJ, Tel: (0242) 43-4373. **Delegacia da Baixada Fluminense** - Pres. Elias Feld. Rua Moacir Marques Morada, 125/501, 26225, Nova Iguaçu, Centro, RJ, Tel.: 768-1908.

Conselho Editorial: a Diretoria e a Conselheira Maria Alice Genofre. Editado pela **SR Idéias Imprensa e Comunicação** - Av. Beira Mar, 406, sala 1001. Tel: 240-5666. **Jornalista Responsável:** Sidney Rezende. **Editor:** João Carlos Leal. **Repórteres:** Adriana Rezende, Erica Ribeiro, Justo D'Ávila, Lídia Freire. **Revisão:** Edna da Silva Cavalcanti. **Projeto gráfico e diagramação:** Jane Peters. **Arte final:** Fractal Editora. **Impressão:** Jornal dos Sports. **Tiragem:** 50 mil exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião do CREMERJ.

ÉTICA

Vigília pela Ética na UFRJ

Intelectuais, entidades não-governamentais, políticos, religiosos, empresários, profissionais liberais, sindicalistas e estudantes participaram, no dia 7 de julho, da "Vigília pela Ética e Democracia", no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O encontro, que contou com a presença do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e de outros Conselhos da área de saúde, teve como objetivo articular os setores organizados da sociedade civil na busca de alternativas eficazes para superar a crise instalada no País. Alguns trechos da Constituição brasileira foram lidos em voz alta e repetidos por cerca de cem pessoas presentes ao local. Outras personalidades foram convidadas a comentar os artigos, de acordo com suas áreas de atuação.

O Presidente do CREMERJ, Laerte Andrade Vaz de Melo, leu os artigos 196, 197 e 198 da Constituição, referentes à política de saúde brasileira. Cada texto denunciava a distância entre os direitos previstos pela Constituição e a realidade caótica da

saúde no País. "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas..." Além deste, foram mencionados outros trechos da Carta em que tais distorções estão presentes.

O ato pela ética e democracia foi uma forma de exigir moralidade no trato da coisa pública e mencionar o apoio das entidades presentes à CPI de PC Farias. O ator Paulo Betti, que abriu a vigília, recebeu aplausos quando disse "Proclama-se a necessidade básica de criar uma sociedade verdadeiramente humana onde o egoísmo, os privilégios, o tirar vantagem, a impunidade, cedam diante da probidade, da solidariedade e do progresso social".

A vigília cívica foi um alerta para que toda a sociedade, e em especial o Congresso Nacional, não permita que a violação sistemática acabe com as conquistas democráticas que levaram anos para serem escritas como Constituição e viverem, como prática, no cotidiano. O vice-governador do Rio, Nilo Batista, defendeu a integração da Constituição ao cotidiano, "o

texto constitucional tem que ser velado e o conteúdo estar à altura dos processos políticos e sociais que ocorrem no País".

O bispo de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, Dom Mauro Moreli, teve o discurso mais aplaudido do encontro. Ele defendeu a prática da cidadania como condição fundamental para superar a corrupção instalada em grande parte dos setores sociais e políticos do País. O Presidente da CUT, Washington Costa, falou sobre direitos trabalhistas e mencionou o estado de pobreza em que se encontra o povo brasileiro, "o salário mínimo não condiz com o texto da Constituição, que prega remuneração digna para a sobrevivência do ser humano".

"Se a liberdade de imprensa estivesse sendo exercida há muito tempo, quantas coisas poderíamos ter evitado". Com este discurso, a Presidente do Sindicato dos

Jornalistas do Rio, Beth Costa, criticou a sonegação de informações e disse ser o maior crime praticado contra a população. Ela disse, ainda, que o cidadão comum não é representado nos meios de comunicação.

A melhoria do setor de saúde foi defendida bravamente por Julia Amed Lecas, do Conselho Comunitário de Saúde da Baixada Fluminense. Integrante de lutas sociais no local onde mora, Dona Ivone (como também é conhecida) disse que o povo da Baixada está acostumado à ética do sofrimento, da fome e da violência. Ela exigiu a conscientização das autoridades para um atendimento hospitalar digno, não sendo apenas uma promessa política em épocas de eleição, e lembrou o sucateamento em que se encontra o Hospital da Posse, sob interdição ética do Conselho de Medicina.

Estudantes de Medicina da Faculdade de Teresópolis aproveitaram a oportunidade e levaram faixas e cartazes ao Fórum de Ciência e Cultura. Eles denunciavam o estado de calamidade pública do setor de saúde daquele município e o baixo nível do ensino. "Medicina não se escreve com sangue" e "educação - a farsa continua" eram alguns dos dizeres escritos nas faixas.

Também estiveram ao ato representantes da OAB, Contag, ABI, Andes, CFM, CJP, Cofecom, CPT, Cese, Diap, Fenaj, Ibase, Inesc, MNDH, Movimento em Defesa dos Sistemas Petrobrás, MST, SBPC, Idac, Fase, UNE, Associação Brasileira das ONG's, Clube de Engenharia, Fitert, UJS, Comitê Rio Maria, CDC, UERJ, UFRJ, CRAS, COREN, CRF, Crefito, CRN, CRP, CRTR, FNM e Sinmed.

Dr. Franklin: viemos em missão de paz

Polêmica na Região dos Lagos

Os Conselhos da área de saúde aproveitaram a visita a hospitais da Região dos Lagos, nos dias 9 e 10 de julho, para fazer debates sobre "Ética" em Cabo Frio e Macaé. Encontros semelhantes já aconteceram em Nova Friburgo e Volta Redonda, também neste ano. O de Cabo Frio, porém, provocou mais discussões e algumas teses, no mínimo, polêmicas.

O presidente da Associação Médica de Cabo Frio, Osmane Sobral Resende, que trabalha no Hospital Santa Isabel, no mesmo município e não compareceu à mesa-redonda sobre ética, ficou

revoltado com a presença da TV Lagos na Casa de Saúde e Maternidade Cabo Frio e no Instituto de Cardiologia São Miguel. No debate, o primeiro secretário do CREMERJ, Franklin Rubinstein, lembrou que "os Conselhos vêm à Região dos Lagos em missão de paz". Ainda justificando o comparecimento da imprensa, refrescou a memória dos que estavam no auditório citando que "se não tivesse havido filmagem durante a Segunda Guerra Mundial nos campos de concentração, o mundo não teria ficado sabendo das barbaridades que lá aconteceram".

A enfermeira Aparecida Fran-

cisco, do Departamento de Vigilância Sanitária, que acompanhou as visitas, falou, emocionada, sobre a importância destas fiscalizações e disse que, com elas, está-se recuperando a ética e a dignidade profissional.

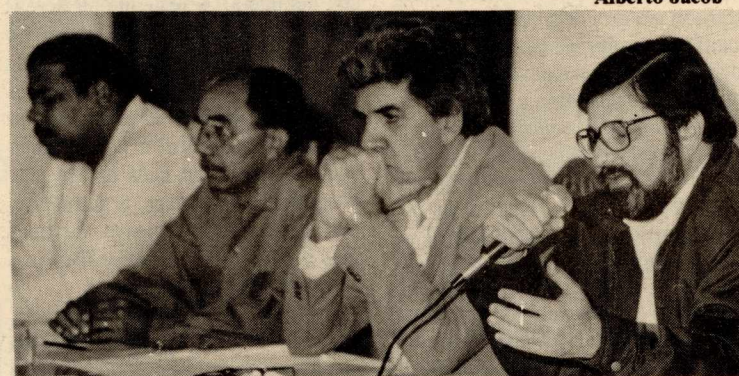
Para os céticos, que não conseguem enxergar a utilidade destes debates, o médico Jorge Farha, diretor do CREMERJ, acha que as mesas-redondas que aconteceram nos dois municípios da Região dos Lagos tiveram um saldo positivo. "Em Macaé foi talvez mais gratificante, porque reuniu maior número de médicos", comentou.

Perguntado se os médicos do interior se interessam em analisar a questão da ética, Farha pensa um pouco, mas não deixa de responder: "Acho que existem situações muito peculiares no interior, principalmente no que diz respeito ao Poder Público e aos dirigentes da rede de assistência médica. Na maior parte dos municípios, os secretários de saúde são médicos locais, e às vezes isto compromete o interesse de ambas as partes", concluiu.

O conselheiro Jorge Farha toca num problema visto com frequência em cidades afastadas dos grandes centros urbanos. Em

muitos, devido à inexistência de recursos sofisticados, os médicos acabam autorizando um tratamento simples, aquém do esperado, feito de maneira incorreta, alegando falta de material adequado. Na opinião dele, isto é antiético, porque acaba comprometendo a saúde do paciente, e lamenta: "É a lei do vale-tudo".

Quanto às fiscalizações, questionadas por muitos médicos, como Osmane Resende, Farha acha que "elas devem ser constantemente aperfeiçoadas", mas também tem uma explicação para tanta repulsa: "É claro que as instituições não as vêem com bons olhos porque elas prejudicam o faturamento e a imagem das clínicas". E pondo um ponto final na lista de argumentos dos queixosos, Farha rebate: "O lamentável é que alguns médicos fazem vista grossa com as próprias condições antiéticas que costumam ser encontradas antes das blitzes".



Alberto Jacob

CASO ÉTICO

Conselhos querem apressar anteprojeto

O CFM e os CRM's estão estudando, junto a lideranças políticas, a melhor oportunidade para apresentar o anteprojeto da nova lei dos Conselhos ao Congresso Nacional. O documento dispõe sobre o exercício da Medicina e a organização e atuação dos Conselhos de Medicina, em substituição à Lei nº. 3268, de 30 de setembro de 1957. Se aprovada, a legislação vai incorporar as concepções mais atuais sobre a

prática médica, assim como sobre seus mecanismos disciplinares, fiscalizadores e judicantes.

O anteprojeto, largamente debatido nos Conselhos Regionais e em reuniões regionais e gerais em Brasília com o CFM, traz inúmeras novidades em relação à Lei nº. 3268/57, a começar pela caracterização da abrangência do trabalho dos Conselhos, que amplia essencialmente as ações em defesa da sociedade. Também fica explícito na lei a competência

de fiscalizar todas instituições ou pessoas físicas, civis e militares, que exerçam a profissão - o projeto inclui os militares na órbita do Conselho. Os Conselhos deixam de ser autarquias, passam a ter mais autonomia administrativa e financeira e os empregados dos Conselhos continuam a ser regidos por leis de trabalho.

Na disposição sobre os princípios e diretrizes, é ressaltada a interação dos Conselhos de Medicina com outros Conselhos

da área de saúde, com o sistema único de saúde (SUS) e com a fiscalização sanitária. Quanto à organização e funcionamento do CFM, todos os Estados passam a ser representados por conselheiros. O número de conselheiros regionais é igualmente aumentado para suprir as deficiências que todos reconhecem. Em compensação, o tempo de mandato passa a ser de quatro anos e as eleições para o CFM e CRM's serão coincidentes. Os membros das diretorias, tanto do Conselho Federal como dos regionais, terão o direito de serem liberados pelos empregadores públicos ou privados. Os conselheiros também passam a gozar do mesmo direito, mediante requisição do Conselho para participarem de reuniões e atividades, sem prejuízo de seus vencimentos.

O processo eleitoral passa a ser direto, obrigatório, para os médicos regularmente inscritos, sendo facultativo após os 70 anos. Quem deixar de exercer o direito do voto e não justificar será

multado no valor de meia anuidade. O repasse da anuidade para o CFM, que antes era de 33%, passa a ser de 25%. O projeto dá autonomia aos Conselhos para estipular o valor das anuidades. O projeto procura, também, estimular a descentralização dos Conselhos, de forma a torná-los mais ágeis e eficazes. Introduce, na lei, as delegacias regionais e as comissões de ética.

Acaba-se com a advertência confidencial, amplia-se o período de suspensão para dois anos (o anterior era de 30 dias) e introduz penas de caráter educativo. As pessoas jurídicas não ficam isentas das penalidades neste projeto. Multas no valor de até 100 anuidades e suspensão parcial ou total das atividades são algumas das penas, que poderão ser aplicadas. É estimulada também uma maior agilização do processo, por meio da possibilidade de organização de instâncias do tipo juizado de pequenas causas, para lidar com questões mais simples.

Punição sem causa

No período de um plantão de pediatria, numa unidade hospitalar em nosso Estado, a médica, ao tomar banho, sentiu um cheiro desagradável, que vinha da água que se banhava. Procurou informações com outros funcionários que afirmaram que o fato ocorria com frequência, principalmente depois de fortes chuvas, que faziam com que a fossa transbordasse para a caixa d'água subterrânea, provocando a mistura das águas. A médica relatou estes fatos no livro de ocorrências do plantão e solicitou providências no sentido de se corrigir o problema.

Percebendo que o problema não fora resolvido, a médica procurou pessoalmente o diretor técnico do hospital, sugerindo que se fizesse uma análise da água por um órgão oficial. A resposta foi irônica e agressiva: "ninguém havia morrido por causa da água, o que provava que o fato não tinha importância. Faça a análise na água da sua casa". A médica resolveu, então, obter a análise da água daquela unidade

hospitalar, seguindo instruções da Feema, porém colocando como endereço do local analisado o da sua residência.

O resultado está no documento expedido pela Feema, em 1987, com a conclusão de que "a amostra analisada revelou-se fora do padrão bacteriológico de potabilidade". Após obter este resultado, a médica se reuniu com a equipe médica da unidade hospitalar, e, após a exposição do caso, o diretor técnico colocou em dúvida a origem da água analisada e afirmou que a médica podia se considerar demitida. A médica não se abateu e encaminhou um pedido à Vigilância Sanitária, cujo processo desapareceu, forçando a abertura de outro processo também sem resultado.

O processo chegou ao CREMERJ que convocou a denunciante - a médica -, o denunciado - diretor técnico - e testemunhas, a fim de esclarecer o caso. O relatório sobre o caso foi concluído e apresentado na reunião da 1ª. Câmara do Tribunal de

Ética do CREMERJ, em 16/11/87, que o aprovou, e opinava pelo enquadramento do diretor técnico nos artigos 33, 40, 41 e 42 do Código Brasileiro de Deontologia Médica.

Ao se apresentar à Comissão de Instrução, o diretor técnico alegou que havia tentado sanar o problema da água e que não houvera prejuízo para os pacientes ou funcionários. A denunciante, convocada pela mesma comissão, confirmou todo o teor da sua denúncia. A testemunha acrescenta que a médica coletou a água para análise na presença de dois funcionários, o que demonstra a veracidade do fato. O advogado do denunciado procurou contestar o enquadramento em cada um de seus artigos e reforçou os argumentos, utilizados na primeira defesa, tentando conduzir a discussão para o campo da desavença pessoal.

O CREMERJ, por unanimidade, decidiu condenar o diretor técnico com Censura Pública em Publicação Oficial.

Nova lei para o CID

O direito que o atual Código de Ética conferiu aos pacientes, de terem livre acesso às informações contidas nas anotações médicas, em particular no prontuário, continua sendo uma questão polêmica, portanto vamos esclarecer o seguinte:

- Em 1984 o CFM, por intermédio da Resolução 1190/84, estabeleceu:

1º. - Não comete infração ética o médico que por solicitação de seu paciente forneça atestado médico com diagnóstico codificado ou não;

2º. - Nesse atestado deve constar a expressa concordância do paciente;

3º. - Esse atestado não constitui laudo de perícia médica.

O CFM percebeu que o CID no atestado não representava um desejo do paciente para justificar falta ao trabalho. Era, isto sim, uma exigência do Departamento Pessoal da empresa, que interpretava o diagnóstico, às vezes de forma preconceituosa, quase sempre com prejuízo para o empregado.

Por essa razão, em julho de 85 o CFM baixou nova resolução que se resumia a dois únicos artigos:

1º. - Revogar a Resolução CFM 1190/84 e Art. 2º, a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Assim, aquela brecha criada pela resolução 1190/84 de colocar o CID por solicitação do paciente, deixou de existir com a Resolução 1219/85. Os médicos não estão mais autorizados a revelar o diagnóstico nos atestados. Muitos pacientes, entretanto, ainda hoje insistem na colocação do CID, pressionados por suas chefias ou pelos DP's. Nesse sentido, é importante que o médico esclareça ao seu paciente o verdadeiro sentido desse impedimento, mostrando que o sigilo médico é um direito seu. E mais, se o médico julgar que seu paciente poderá ser prejudicado em virtude desse impedimento, deverá fazer uma justificativa de próprio punho citando a Resolução 1219/85, do CFM, dirigida ao Departamento Pessoal da empresa.

É bom lembrar que tudo aquilo que o médico toma conhecimento, em decorrência do exercício profissional, durante a relação médico paciente, é objetivo do segredo profissional, cujo titular é o paciente. O médico é mero depositário desse segredo, só podendo revelá-lo, sem autorização ou à revelia do paciente, em circunstâncias muito especiais, previstas no Código de Ética Médica. O médico estará isento de qualquer responsabilidade sobre a publicidade de relatórios ou prontuários, uma vez que foi o titular dos segredos (o paciente) que os revelou.

APÓLICE COLETIVA DE AUTO PROFISSIONAL DE SAÚDE

VANTAGENS:

- Descontos Especiais
- Bônus, em caso de renovação
- Atualização diária
- Assistência 24 hs em todo o Brasil
- Dispositivo Anti Furto
- Em 4 pagtºs iguais, ou em 12 meses

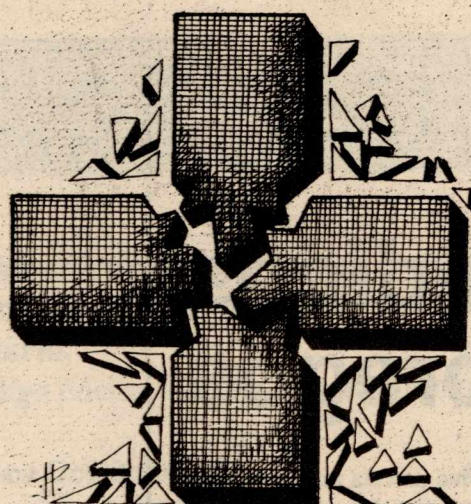
INFORMAÇÕES/ CONTRATAÇÃO:

TELS.: (021) 280-4759
276-8279

Leoney Santos

PESQUISA

ESPECIAL



Pesquisa define padrão do médico no Rio

A preocupação do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro com a preservação dos valores éticos-profissionais, a qualidade do serviço médico e as condições de trabalho da categoria não se esgota no exercício de seus poderes de fiscalização. Mas a falta de dados precisos sobre o perfil do médico em atividade no Estado, até agora, sempre se colocou como um fator inibidor de vãos mais altos. Por esse motivo, o Conselho encomendou ao

Instituto Gerp uma grande pesquisa capaz de responder a duas perguntas básicas: quem é o médico fluminense e o que ele pensa da atividade do CREMERJ.

O primeiro caminho trilhado pelos pesquisadores do Gerp desenhou com mais nitidez um quadro que muitos conselheiros tinham em mente já há algum tempo. A grande concentração de médicos na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é intuitivamente percebida por qualquer

profissional da área. Não se tinha, porém, uma idéia precisa de até que ponto iria essa distorção na distribuição física da categoria. A pesquisa do Gerp, nesse particular, demonstrou que o fato é bem mais grave do que se pensava. Nada mais, nada menos, que três em cada quatro médicos do Estado trabalham na capital. Ou seja, imensos desertos foram criados ao longo dos últimos anos dentro do sistema de atendimento médico - como na Baixada Fluminense, onde

estão apenas três em cada 100 médicos.

Outro dado preocupante apontado pela pesquisa é o empobrecimento da classe - demonstrado pela quantidade de médicos com mais de um emprego. Entre os que trabalham em clínicas e hospitais particulares, por exemplo, 70% têm mais de um emprego. Esse número deixa patente que os rendimentos dos profissionais de saúde estão numa queda tão vertiginosa quanto sua busca, cada dia mais tensa e ansiosa, pelo segundo, terceiro ou até quarto emprego. O resultado, uma perda igualmente acelerada da qualidade do serviço prestado, que reflete imediatamente no status da profissão. Sobre esse tópico, 90% dos médicos manifestaram a certeza de que a profissão não desfruta mais do prestígio de outros tempos. E apontam de imediato o grande culpado: os governos federal, estadual e municipais. O estudo foi realizado com 400 médicos de diferentes regiões do Estado, no período de 28 de maio a 10 de junho de 1992.

O perfil básico dos médicos é formado por homens (57%), de 31 a 40 anos (35%), cadastrados na 1ª Região (75%) - município do Rio de Janeiro -, formados de 10 a 20 anos (37%), com especialização em pediatria (22%) e clínica médica (16%). Esse médico típico não tem consultório particular (55%) e exerce sua atividade em hospitais e clínicas públicas (65%).

A profissão médica é exercida, em sua maioria, por homens 57%, cabendo às mulheres apenas 43% do total de profissionais. Entre os médicos até 30 anos, 41% são homens. À medida que a idade vai aumentando, os percentuais chegam a 91%, entre 51 e 60 anos, e 89% entre os que têm mais de 60 anos. Os homens são os mais antigos na profissão e o tempo de formado repete a relação - os que estão formados

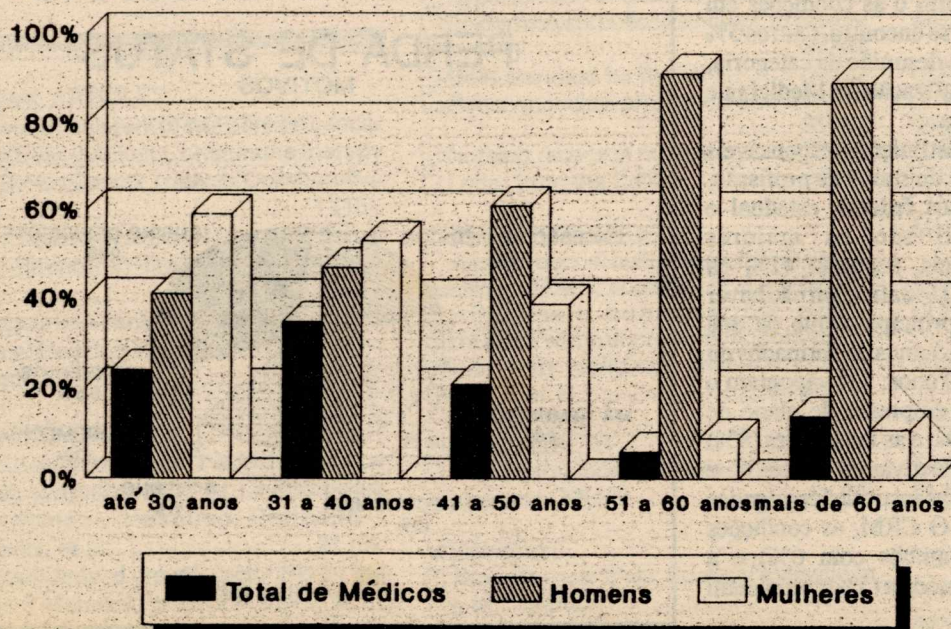
há mais de 20 anos são homens (88%), apenas 12% são mulheres. Na faixa etária até 30 anos, as médicas ultrapassam os médicos em 18%, mostrando um predomínio progressivo das mulheres nos últimos anos.

A pesquisa mostrou que cerca de 60% dos médicos têm até 40 anos, e destes, 35% têm de 31 a 40 anos. O maior contingente de médicos dentro dessa faixa é reflexo, provavelmente, das duas décadas passadas, quando algumas faculdades públicas chegaram a reunir quase 400 alunos por turma.

O município do Rio de Janeiro cadastra o maior número de médicos formados (75%), seguido de Niterói (11%), Região Sul Fluminense (5%), Região Serrana, Norte Fluminense e Baixada Fluminense (3%) e, finalmente, a Região dos Lagos e Centro-Norte Fluminense (1%). O que chama mais a atenção é o alto nível de concentração de médicos na capital do Estado - 3 em cada 4 médicos trabalham e, provavelmente, residem no município do Rio de Janeiro -, um dado que contrasta com a necessidade de atendimento médico-hospitalar da população que vive nas periferias da cidade e na Baixada Fluminense - nesses locais há uma concentração de apenas 3% da classe médica.

As duas principais especialidades dos médicos são pediatria (22%) e clínica médica (16%). A pediatria é a mais comum entre as mulheres (33%), os médicos até 30 anos (30%) e recém-formados (33%). A clínica médica, por ser de caráter mais genérico e antigo, concentra médicos mais velhos, de 60 anos ou mais (29%). A ginecologia, junto com a obstetria, formam 18% dos médicos - 11% para a primeira e 7% para a segunda - a psiquiatria e cardiologia 6% e a cirurgia geral 5%.

IDADE X SEXO



Fonte: Instituto GERP

Crise força médicos a ter vários empregos

A consequência imediata da pediatria ser a especialidade preferida do médico fluminense é que acaba sendo também o curso de extensão mais realizado (13%). A Medicina de trabalho tem grande procura (9%), já que é necessária quando se deseja trabalhar em indústrias, empresas ou dar aulas. Alguns entrevistados (7%) se limitam a responder que já realizaram vários cursos (sem especificar quais), 6% já fizeram pós-graduação em ginecologia, cardiologia e clínica médica, e 10% dividem-se em pós-graduação em obstetrícia e homeopatia. O curioso é que a metade dos médicos não pretende fazer cursos de especialização ou reciclagem, mesmo exercendo uma profissão que necessita acompanhar a evolução da ciência. Os mais novos (20%) mencionam a intenção de fazer mestrado ou doutorado, mas sem especificar em quê.

Mais da metade dos

entrevistados (55%) não tem consultório particular. As mulheres (59%) e os que têm até 30 anos (74%) são maioria neste segmento, o que demonstra que a nova geração de profissionais está sendo atingida pela crise econômica. Os 45% dos que têm consultório particular é formado por homens (49%) e com idade superior a 41 anos (57%).

O exercício da profissão é mais comum em hospitais e clínicas públicas (65%). O normal, entre os empregados do setor público, é ter somente um emprego (39%). Aqueles que trabalham em dois ou mais lugares são, na maioria, médicos entre 31 e 40 anos (35%) e formados de 5 a 10 anos (34%). No caso dos que trabalham em hospitais e clínicas particulares, 3 em cada 10 médicos têm somente um emprego. Somente 9% dos entrevistados têm dois empregos no setor privado, principalmente os que têm até 30 anos (19%).

Uma parcela importante dos médicos mantém convênios com empresas de medicina de grupo: 34%, cerca de 13.000 médicos. Se considerarmos apenas o universo dos que têm consultório particular, o percentual de conveniados é de 75%. Entre os que têm até 30 anos e possuem consultório, os convênios alcançam 96%. A Unimed e a Golden Cross dividem o 1º. lugar na preferência dos médicos (48% e 47%, respectivamente). A única diferença é que os médicos conveniados com a Unimed têm mais de 20 anos de formados, enquanto que os da Golden Cross têm entre 10 e 20 anos.

Disputando o 3º. e 4º. lugares em número de médicos credenciados estão a Amil (29%) e o Bradesco Seguro (27%). O Banco do Brasil (15%) e a Assim (13%) têm pouca penetração no meio médico. Ainda pior é a aceitação da Rio Clínicas e Sul América, com 11% da preferência.

Status da profissão

É unânime a opinião sobre a perda de status da profissão, nove em cada 10 médicos concordam com o fato. As razões levantadas são muitas, mas três delas se destacam: queda da qualidade de ensino, má remuneração e aumento do número de médicos e faculdades, que retratam a situação ruim do setor de educação em todo o Brasil. Os mais novos, formados de 1 a 3 anos (41%), são os que mais criticam a queda da qualidade de ensino. A segunda razão - aumento do número de faculdades - é apontada por 24% dos médicos como a causa da perda do status da profissão, e 26% colocam a culpa no baixo valor dos salários, o que leva a uma má vontade no atendimento. A última reclamação é mais comum entre os médicos formados de 5 a 10 anos. A situação atual do País - crise

econômica e instabilidade política - também é levantada, por 12% da classe médica, como motivo para a perda do status. Esta é uma razão que sai do plano específico da área médica para um plano geral sentido por toda a população brasileira. O Governo, ministros, políticos e as más condições do serviço público e da previdência social recebem 11% da insatisfação da categoria. Os médicos afirmam que o descaso do Governo com a Medicina pública acarreta a falta de condições básicas para o atendimento à população, seja por material ou pessoal, provocando revolta nos pacientes.

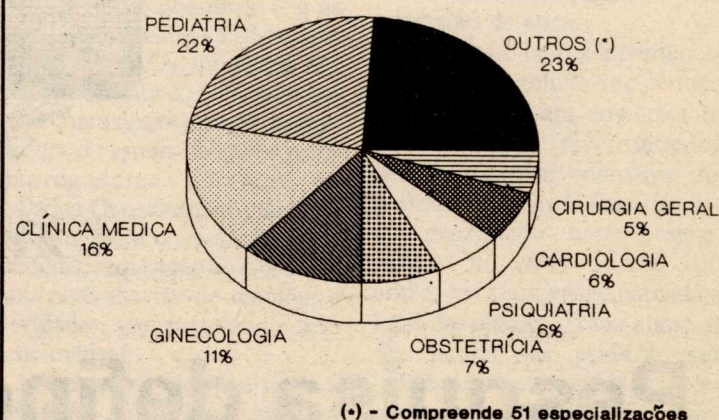
A própria classe médica é apontada como cúmplice na perda do status da profissão, principalmente pelos que se formaram de 3 a 5 anos (16%). Outros 10% criticam os

convênios com planos de saúde. Para 7%, o que pesa é a qualidade de vida ruim e as condições em que o País se encontra. Outros 5% apontam a desunião da categoria, a comercialização da Medicina e a imprensa.

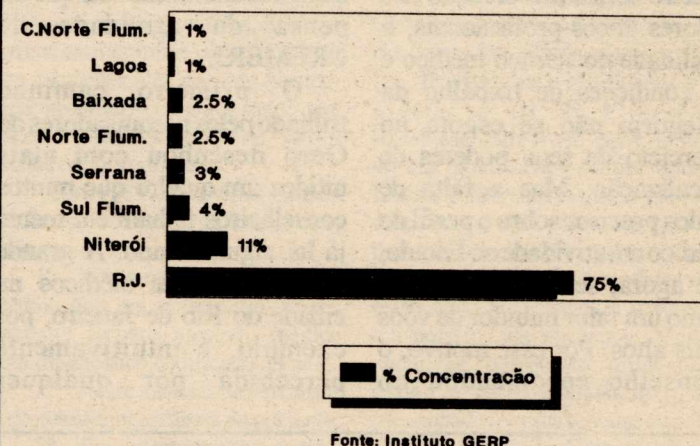
Entre as instituições responsáveis pela perda do status da profissão, os governos federal, estadual e municipal são os maiores responsáveis, segundo 42% da categoria; 15% afirmam não haver culpado, principalmente os que têm de 3 a 5 anos de formados ou mais de 60 anos; 12% apontam o INSS. As empresas de plano de saúde (11%) e as faculdades (8%) ficam respectivamente em 3º. e 4º. lugar das instituições julgadas culpadas. O CRM, as condições do País (ambos com 6%) e a categoria médica (5%) completam a lista.

ESPECIALIDADES

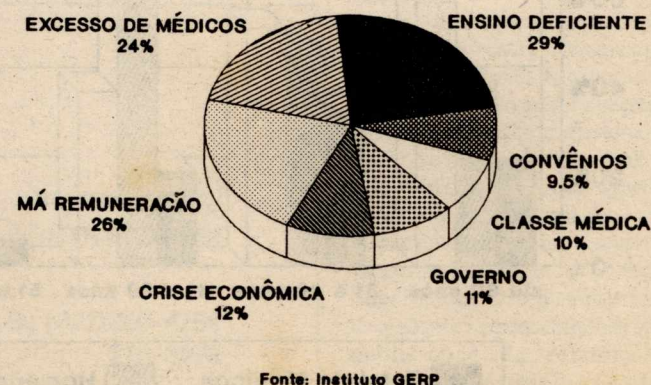
Fonte: Instituto Gerp



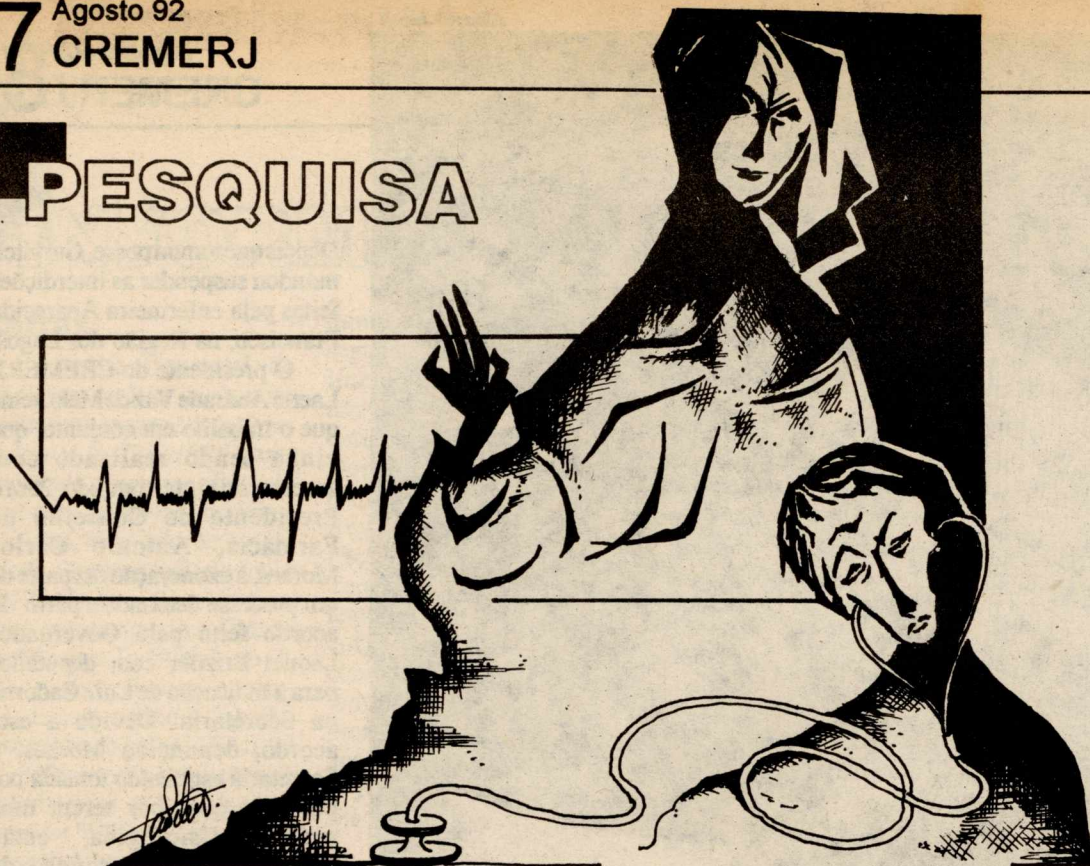
CONCENTRAÇÃO DE MÉDICOS POR REGIÃO



PERDA DE STATUS MOTIVOS



PESQUISA



Classe médica aprova atuação do CREMERJ

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro tem a aprovação de 48% da categoria médica, apenas 14% criticam sua atuação. De forma mais detalhada, 7% avaliam a atuação do Conselho como ótima e 41% como boa. As críticas se dividem entre os que classificam o trabalho desenvolvido pelo CRM ou como ruim (9%) ou como péssima (5%). O restante, 36%, preferem emitir conceito regular para o trabalho do CRM. Os médicos homens, com 60 anos ou mais, formados há mais de 20 anos e, principalmente,

leitores do *Jornal do CREMERJ* estão entre o grupo que considera a atuação do Conselho ótima.

As razões da aprovação estão na atividade judicante do Conselho, a supervisão dos hospitais, a luta pela melhoria das condições de trabalho do médico, a boa organização, a credibilidade e a qualidade do *Jornal do CREMERJ*. As razões de reprovação são: não faz nada para defender o médico, deveria fiscalizar as faculdades, prometem melhorias e não cumprem, fiscaliza pouco as clínicas e deveria fiscalizar a capacidade do médico.

Um em cada três médicos não soube citar, de imediato, alguma atuação recente do Conselho. A falta de informação é maior entre os médicos com mais de 60 anos (52%), provavelmente por estarem se afastando da atividade. É preocupante registrar que 43% dos médicos formados de 1 a 3 anos nada sabem sobre as atividades do Conselho. Este é um grupo que vem assumindo posições críticas e novas na profissão.

A maioria (65%) lembra de ações implementadas pelo CRM, em geral ligadas à fiscalização ou

ESPECIAL

intervenção em hospitais. Para 10%, o que ficou foi o trabalho de avaliação ética da categoria médica. Outros 10% lembram da punição de alguns médicos e 5% mencionam a criação de comissões em hospitais. Às vezes, a lembrança dos médicos vai a casos específicos: 3% falam sobre o fechamento do Hospital Getúlio Vargas ou do fechamento de clínicas particulares e 2% da advertência à administração do Hospital da Posse.

O *Jornal do CREMERJ* e as notícias em jornais diários são os grandes veículos de comunicação das atividades do Conselho. Pelo menos 78% (ou 8 em 10) souberam da atuação do CRM através do próprio jornal do Conselho. Estes resultados mostram, por si só, a importância do *Jornal do CREMERJ* como mídia para as atividades do Conselho e, em última análise, melhoram ainda mais sua imagem junto à categoria médica. As notícias que saem em jornais informaram a 62%, principalmente aos médicos de 31 a 60 anos. O restante, 15%, se informaram em conversas com colegas médicos, revistas especializadas ou notícias em televisão.

Sete em cada dez médicos aprovam o trabalho desenvolvido pelo CREMERJ. A criação das Comissões de Ética nos hospitais é vista por 70% como um bom trabalho (para 10% é regular e outros 9% consideram ruim). Em todos os segmentos, a maioria aplaude a iniciativa do Conselho. Mas, entre os que criticam, o maior peso vem dos mais novos, com idade até 30 anos (12%) ou

formados de 1 a 3 anos (18%). A criação de delegacias regionais no interior do Estado traz algumas dúvidas: 23% não souberam como avaliar o trabalho do CRM nesta questão. A organização de um Fórum sobre temas técnicos é ação do CRM considerada boa por 70%, agradando principalmente aos de mais de 60 anos e os formados de 3 a 5 anos. A fiscalização dos hospitais, ao lado de demais Conselhos de Saúde, é ação do CRM elogiada por 71%.

Cerca de 6 em 10 entrevistados (ou 59%) não apresentam nenhuma crítica ou sugestão ao CRM. Os outros 41%, no entanto, desenharam uma extensa lista de questões que deveriam ser analisadas pelo Conselho. As sugestões mais frequentes pedem por uma ação mais enérgica do CRM na defesa da classe, da profissão, de sua posição, na sociedade e, é claro, de seus salários. Assim, 16% entendem que o Conselho Regional de Medicina deveria defender mais os médicos, brigar por eles e apoiá-los em algumas questões. Outros 10% gostariam de ver um Conselho mais atuante, mas ativo, preocupado em unir a classe. E 7% pedem que esta briga seja, também, por melhores salários.

A criação de Comissões de Ética mais atuantes, para 4%, deveria estar entre as prioridades do CRM. Também 4%, levam sua preocupação à fiscalização de hospitais, que deveria ser mais frequente, e 2% incluem as faculdades de Medicina no alvo de fiscalização do CRM.

Jornal tem boa aceitação

Principal mídia para o Conselho, o *Jornal do CREMERJ* é lido pela grande maioria dos médicos: 84% têm por hábito ler regularmente as notícias nele publicadas. Os médicos de 41 a 50 anos e os formados de 5 a 10 anos são os maiores leitores. Apenas 15% confessam que não se interessam pelo *Jornal*, e são os de 51 a 60 anos (22%) ou de até 30 anos (21%) e os formados de 1 a 3 anos (25%).

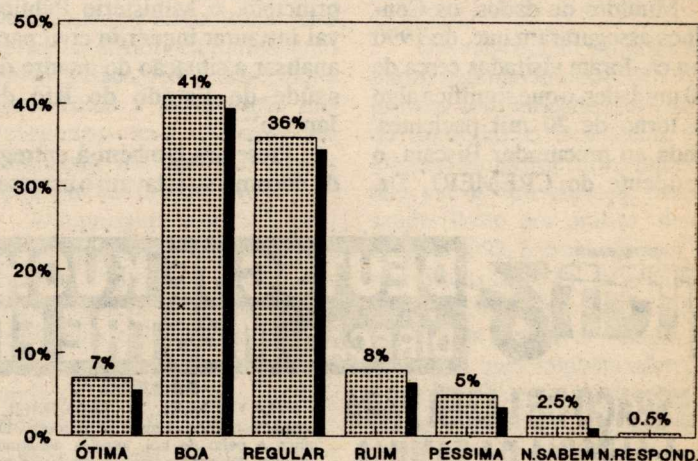
A avaliação global sobre o *Jornal do CREMERJ* é bastante favorável: 70% aprovam, 5% desaprovam. Na opinião de 10% o *Jornal* é ótimo, 60% consideram bom, 3% ruim, 2% péssima e, finalmente, 26% classificam de

regular. Os que elogiam são os médicos com mais de 60 anos de idade e formados há mais de 20 anos e, coincidentemente, são os que mais aprovam o trabalho do Conselho. Os elogios são feitos, principalmente, pela linha de informação do *Jornal*. As qualidades mais ressaltadas são informar bem, apresentar um noticiário adequado à classe e divulgar o que vem sendo feito. Também se destaca o cuidado em explorar temas atuais e o fato de ser abrangente, claro e objetivo.

Aqueles que criticam o *Jornal* não passam de 5% do total. Os que mais reclamam são os médicos de 31 a 40 anos e os formados de 3 a 5 anos, mais uma vez, por

coincidência, os segmentos mais críticos em relação ao Conselho. As razões apresentadas são quanto à superficialidade no trato das matérias e notícias, ao fato de só fazer propagandas ou divulgar notícias pessoais e de as matérias serem repetitivas. Entre os assuntos que merecem abordagem permanente no *Jornal* foram apontados: a política de saúde do País, as condições de trabalho, a ética médica, a defesa do médico, a valorização da profissão, isonomia salarial, congressos e atualidades científicas. Algumas dessas sugestões já foram adotadas desde a edição anterior e outras estão em discussão na Comissão de Publicação.

ATUAÇÃO DO CREMERJ



Fonte: Instituto GERP

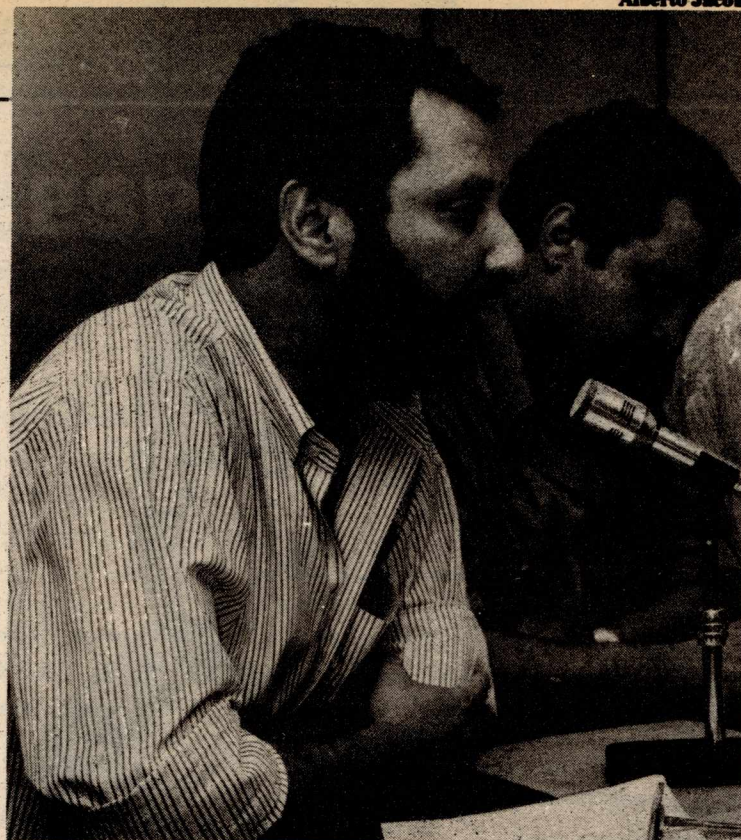
DENÚNCIA

Política tira Vianna do cargo

Os Conselhos de Saúde estão preocupados com a exoneração do Dr. Maurício Viana, Coordenador de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde. O trabalho de fiscalização em hospitais e casas de saúde, públicas e privadas, pode ficar seriamente comprometido. A exoneração de Maurício Vianna, acusado pelo Secretário Estadual de Saúde de má administração, tem clara conotação política. O Presidente do CREMERJ, Laerte Andrade Vaz de Melo, lembrou que, de abril de 1991 até hoje, a Vigilância Sanitária realizou 130 atividades, interditando hospitais e estabelecimentos clandestinos.

Maurício Vianna entregou aos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia e Enfermagem, no dia 14 de julho, documentos comprovando as denúncias feitas por ele sobre a existência de fraudes na cobrança de multas da Secretaria Estadual de Saúde. Vianna havia feito um pedido de auditoria na seção, em março deste ano, mas não foi atendido. "As multas que não eram pagas também não iam para a dívida ativa do Estado, causando um prejuízo considerável ao tesouro estadual", afirmou o ex-coordenador.

Maurício Vianna rebateu também a acusação de má administração feita pelo



Secretário Estadual de Saúde, Luiz Cadorna, e disse que no tempo em que permaneceu no cargo desenvolveu um amplo trabalho de fiscalização, ainda sendo responsável pelos bancos de sangue e pelo controle da qualidade dos medicamentos. Ele criticou o episódio ocorrido durante a interdição do banco de sangue em Bom Jardim, interior

do Estado, em maio, quando foi pressionado por Cadorna a se afastar do caso.

O novo coordenador da Vigilância Sanitária, médico Henrique Gurvitch, teve seu afastamento pedido por Maurício Vianna, em 15 de junho do ano passado, junto com outros funcionários da Coordenadoria, por não comparecer ao trabalho.

Depois que tomou posse, Gurvitch mandou suspender as interdições feitas pela enfermeira Aparecida Francisco, na Região dos Lagos.

O presidente do CREMERJ, Laerte Andrade Vaz de Melo, teme que o trabalho em conjunto, que vinha sendo realizado com sucesso, seja interrompido. Para o Presidente do Conselho de Farmácia, Antonio Carlos Moraes, a exoneração faz parte de um processo detonado a partir do acordo feito pelo Governador Leonel Brizola com deputados para a indicação de Luiz Cadorna na Secretaria. Devido a este acordo, denunciou Moraes, a Secretaria está sendo tomada por políticos que, por terem uma prática fisiológica, estão prejudicando a saúde da população. A exoneração de Maurício Vianna era um boato que corria na Secretaria Estadual de Saúde desde a entrada do Secretário Luiz Cadorna, mas os Conselhos de Saúde já haviam alertado o secretário sobre o risco de colocar alguém no cargo que não tivesse um programa de trabalho melhor ou mais confiável. Não deu outra.

Documento exige ação do Estado

Há dois anos fiscalizando hospitais públicos e clínicas conveniadas, o CREMERJ, junto com outros Conselhos de Saúde, decidiu ampliar ainda mais a luta em defesa da saúde. No dia 15 de julho, representantes dos Conselhos da área de saúde entregaram uma notícia-crime ao Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Biscaia, na qual apontam as falhas da rede hospitalar e mencionam a que ponto chegou o atendimento da rede pública. Os Conselhos querem apurar as responsabilidades pelo abandono do setor no Rio.

Munidos de dados, os Conselhos asseguraram que, de 1990 para cá, foram visitadas cerca de 130 unidades, o que significa algo em torno de 20 mil pacientes. Ainda ao procurador Biscaia, o Presidente do CREMERJ, Dr.

Laerte Vaz de Melo, disse que, "só para se ter uma idéia, o Getúlio Vargas, quando foi fiscalizado, só tinha como tecnologia mais avançada aparelho de pressão na emergência". Interditado desde fevereiro, o Getúlio Vargas, localizado no bairro da Penha, atendia aproximadamente 80% da população da Baixada Fluminense, o que demonstra a sua importância. Biscaia garantiu que as revelações amargas da queixa-crime, assinadas por nove Conselhos da área de saúde, além do CREMERJ, não vão cair no esquecimento. "Nós vamos analisar estas denúncias e, em princípio, o Ministério Público vai instaurar inquérito civil para analisar a situação do quadro de saúde do Estado do Rio de Janeiro".

Presentes também à entrega do documento estavam o assessor

jurídico do CREMERJ, advogado José Marcio dos Reis Cataldo e o também advogado do CREMERJ para assuntos políticos, João Batista Tancredo de Paula, além de representantes dos Conselhos de Nutrição, Enfermagem e Assistentes Sociais. Graziela Pondé, deste último, revelou, emocionada, que, "em determinadas situações a gente chega a pedir que as pessoas morram com dignidade". Mais uma vez demonstrando que o caso terá prosseguimento, o procurador Antônio Carlos Biscaia adiantou que "o documento indica uma situação muito grave, e entre as atribuições do Ministério Público, inclui-se esta de, na defesa dos direitos da sociedade, propor ação civil competente para corrigir estes graves problemas na área da saúde".

O CREMERJ oferece os serviços de confecção de carimbos especiais, sem necessidade de tintamento, a preço de carimbo comum. PROCURAR RECEPÇÃO NO 10.º ANDAR

Alugo horário em consultório médico c/telefone em Triagem. (Próx. ao Rocha) Dr. Jorge Tels.: 288-5815 / 581-9434

Alugo consultórios por períodos em clínica no Jd. Botânico, 86 • Fácil estacionamento • Todo decorado • Exc. Sala de espera • Sala de exame/curativo. Tratar Tels.: 537-2928 / 294-5427 com Andréa ou Visita ao local.

Alugo horário em consultório médico no Méier (R. Dias da Cruz) Tratar Hugo ou Rosane Tel.: 269-6518

Aluga-se horário em consultório médico no Lg. do Machado e Ipanema Tels.: 285-4132 / 294-1895 265-7236 D.ª Rachel ou D.ª Marli

RESTAURANTE
franz

DEUTSCHE KÜCHE (COZINHA ALEMÃ)
DIREÇÃO: MESTRE FRANZ DIPLOMADO P/ AUGSBURG

ESPAÇO DE LAZER PARA A ALEGRIA DA FAMÍLIA
RESERVAS: 342-9070 de 7 às 16h.
Estrada Sorimã, 347 — Barra altura Estr. Joá, 3340

SÁBADO
PRATO MAL. E. ROMMEL
Feijoada branca Alemã s/ gordura. Lingüiça e peito de boi, kassler defumado, lingüiça defumada, lingüiça de boi e salchichão branco. Acompanha: arroz, couve, farofa e pirão.
TUDO COZIDO NO VINHO.

DOMINGO
COZIDO ALEMÃO C/ LENTILHAS
Peito de boi defumado, kassler defumado, salchichão defumado, lingüiça defumada, banana da terra, batata baroa, batata doce, alpin, repolho, abóbora e couve, c/ arroz branco e pirão.
TUDO COZIDO NO VINHO

6.ª FEIRA: FONDIE
QUANTIDADE E QUALIDADE SUFICIENTE PARA TODA A FAMÍLIA

PROJETOS:
CONSTRUÇÕES — LEGALIZAÇÕES
INSTALAÇÕES:
COMERCIAIS — INDUSTRIAIS
FARMÁCIAS — DROGARIAS E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
(ACOMPANHAMENTO JUNTO ORÇÃO FISCALIZADOR)
ANÚNCIOS E LETREIROS — USUCAPIÃO
MOYSÉS JOELSON
CREA-5.ª REGIÃO
RES. (021) 228-4180

INFORME

Cartas

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro recebe muitas cartas de leitores do *Jornal do CREMERJ*, parabenizando as notícias e fazendo sugestões de novas matérias. Em julho, o vereador Maurício Azedo elogiou a matéria sobre o "Pó de Broca", que continua atormentando a Cidade dos Meninos (publicado no nº. 38), e aproveitou a oportunidade para exaltar o trabalho desenvolvido pelo CREMERJ na melhoria das condições de ambulatorios e hospitais. O vereador Wilson Leite Passos registrou, em sua carta, que o *Jornal do CREMERJ* é valiosíssimo para os que trabalham na área de saúde e, também, para o público em geral. O médico Fernando Rodrigues dos Santos considerou de grande importância a publicação das Resoluções 40 e 41, sobre "Revisão de Óbitos e Pronúncios: Avaliação" (*Jornal do CREMERJ*, nº. 38).

Novo auditório

Foi inaugurado no dia 22 de julho, na sede do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, o auditório Oswaldo Nazareth, em homenagem ao médico ginecologista e ex-conselheiro da instituição. Oswaldo Nazareth morreu há dois anos, aos 80 anos de idade, e foi um dos fundadores do atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Durante mais de 20 anos, dirigiu a instituição filantrópica Casa da Mãe Pobre e o Hospital da Gamboa, da Santa Casa de Misericórdia. O CREMERJ oferece, assim, um novo espaço aos médicos e a todos os profissionais da área de saúde, para a realização de seminários, palestras e discussões de interesse da categoria.

Teresópolis: apoio ao diretor demitido

A demissão do Diretor da Faculdade de Medicina de Teresópolis, Professor José Otacilio Leite Machado, causou revolta entre os professores da instituição. O Sindicato dos Professores de Teresópolis apresentou a imprensa e a toda a classe médica uma série de irregularidades e ilegalidades não permitidas pelo diretor

demitido. A demissão, segundo funcionários, tem a intenção de instituir um diretor não eleito, com objetivo deste nomear um Conselho Departamental servil e promover modificações no Regimento Interno da Faculdade de Medicina de Teresópolis. Os professores temem, também, a redução da carga horária e, conseqüentemente, a baixa remuneração. O sindicato dos professores está dando total apoio ao diretor da faculdade, professor José Otacilio Leite Machado.

Clínica interdita

O CREMERJ, acompanhado de representantes dos Conselhos de Farmácia, Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional e ainda da Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, Maria Aparecida Francisco, interditou, no dia 02 de julho, a Casa de Saúde Santa Inês, em Santa Cruz.

A clínica, de propriedade do médico Antônio Teixeira, apresenta uma série de irregularidades. Foram encontrados, por exemplo, 220 comprimidos fabricados pela CEME (Central de Medicamentos), que só podem ser distribuídos para hospitais públicos. Também não existe equipamento de reesterilização, o que aumenta o risco de infecção. O necrotério não tem geladeira e, segundo funcionários, quando morre algum paciente e a família não tem dinheiro para o enterro, o corpo fica no local vários dias, entrando em estado de decomposição. Os pacientes foram unânimes ao dizer que o tratamento dado pelos auxiliares de enfermagem é muito bom, mas reclamaram que faltam equipamentos. O Presidente do Conselho de Enfermagem, Guaraci Novaes Barbosa, exigiu a contratação imediata de, no mínimo, quatro enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem e oito auxiliares - na casa de saúde não há nenhum enfermeiro de nível universitário. Muitos pacientes têm ferimentos pelo corpo provocados pelos colchões velhos, muitos deles furados e sem oleado.



Alberto Jacob

Benedictus: teoria e prática mais próximas

1968. Segundo ele, o fundamental é criar novos métodos de ensino e aproximar, ainda mais, a teoria da prática: "O Hospital Universitário, hoje, é separado da área clínica. A relação médico-paciente tem que ser uma realidade curricular. Precisamos diversificar as disciplinas e acabar com algumas, já capengas, das décadas de 60 e 70".

Todas as universidades, que responderam ao questionário, vão ser visitadas e discutidos os problemas comuns e individuais pela Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico, junto com a direção da instituição. "A avaliação dos resultados é o primeiro passo para um processo de mudança", lembrou o Dr. Philadelphos.

O Presidente da Abem criticou a mentalidade que ainda orienta a educação médica e que o aluno, muitas vezes, toma como referência: "vitorioso é o médico liberal, que atende a 2% da população". Os poucos alunos que conseguem obter uma boa formação conseguem fazer residência e o restante vai direto para o mercado de trabalho, o que está contribuindo para formar profissionais mal preparados.

As instituições presentes à palestra "O Ensino Médico" - CInaem, Abem, CREMERJ, CFM, AMB, FNM, ANDES, CREMESP, ANMR, DENEM, CRUB, ANM - afirmaram que a categoria médica não vai mais aceitar atitudes isoladas visando acobertar ineficiências no ensino médico e privilegiar comportamentos que não condizem com a profissão médica.

Ensino médico é criticado

A forma pela qual a Medicina vem sendo ensinada no Brasil, pelas 80 escolas médicas do País, foi questionada por doze instituições e organizações médicas durante uma palestra, no dia 13 de julho, no auditório do CREMERJ. A Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem) elaborou um questionário para ser respondido pelas 80 faculdades do País - apenas três não responderam - cuja análise preliminar já aponta algumas novas tendências desejadas no ensino da profissão. O resultado ainda está sendo analisado por representantes de diversas organizações médicas e deve ser apresentado, no próximo mês, para toda a categoria médica.

O ensino médico não escapou

da crise nacional e da falta de qualidade e investimentos no setor da educação. A rede pública gasta 98% da receita em pagamento de docentes. Os professores que se aposentam dificilmente são substituídos, em virtude dos baixos salários do magistério. Estes itens demonstram o quanto o ensino médico vem perdendo importância e espaço numa sociedade cada vez menos questionadora. Conseqüentemente, o atendimento médico-hospitalar vive dias assombrosos e a população vê, passiva, a morte de doentes nas filas dos hospitais.

O Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica, Dr. Benedictus Philadelphos, acredita que é preciso, com urgência, repensar o futuro da escola médica, imposta a partir de

A expansão do CREMERJ

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro realizou, em julho, o II Seminário Interno da Comissão das Delegacias Regionais (CODER). O encontro teve como objetivo discutir o desenvolvimento do projeto de interiorização, que pretende expandir a ação do Conselho no interior do Estado. A discussão se deu em torno dos Processos Éticos-Profissionais, passando por questões administrativas, como a informatização do CREMERJ e a definição do plano de ação que pretende encaminhar com as Delegacias.

O tom do encontro foi a descentralização, ou seja, o desenvolvimento da autonomia das Delegacias e redução do espaço entre as ações destas e do

Conselho. Foram propostas diversas maneiras pelas quais as Delegacias podem contribuir para a otimização do encaminhamento dos processos. Além disso, ficou estabelecida a participação dos delegados nas câmaras de julgamento do Conselho, apesar de não terem direito a voto.

O representante da COCEM, Dr. Carlos Henrique Pereira Lima, lembrou que tem havido um grande aumento de pedidos para instalação de Comissões de Ética Médica em várias instituições de saúde do Estado. "No interior, encontramos muitos casos de diretores omissos, que não cobram o cumprimento do dever ético do médico. É importante frisar o trabalho destes diretores como supervisores, e estimular sua

afinidade com as Comissões de Ética", afirmou o diretor da COCEM.

O plano de ação, programado para o segundo semestre de 1992, prevê a continuidade das visitas do Conselho às Delegacias Regionais, sempre de forma integrada a outros Conselhos da área de saúde. Posto em prática, desde abril de 1992, o projeto já promoveu incursões às Delegacias Regionais do Centro Norte Fluminense e da Região dos Lagos. O Conselho quer também oferecer suporte às Delegacias, através das Câmaras Técnicas, para assuntos específicos como Aids, mortalidade materna e medicina de trabalho e, finalmente, elaborar propostas de uma política de saúde para o Estado.

VISTORIA

CREMERJ visita
Região dos Lagos

Miguel e que pertence aos mesmos donos, os médicos Rui Torres, Irapuã Pimenta, Renato Figueiredo de Oliveira e Delorme Baptista Pereira.

O Instituto São Miguel tem boas condições de higiene e instalações, mas oferece aos pacientes "medicamentos de qualidade duvidosa", como afirmou Raslan Abbas, do Conselho Regional de Farmácia. A enfermeira Beatriz Goulart, que atende as duas casas de saúde, exerce, além da sua função, os cargos de assistente social e farmacêutica. De acordo com Valci de Souza, do Conselho de Enfermagem, ela corre o risco de ter seu registro profissional cassado.

Na Região dos Lagos, a exemplo de outros locais do Estado, algumas unidades possuem excelentes equipamentos, embora desativados. É o caso do Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Santa Isabel, em Cabo Frio. Construído em

1990, o CTI só funcionou durante dois meses. O diretor técnico do Hospital Santa Isabel, Lucídio Meireles, revelou que este curto espaço de tempo foi suficiente para desestabilizar o orçamento do hospital. O Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazaré, em Bacaxá, teve suas duas enfermarias fechadas, por causa de infiltrações e vazamentos.

Na Clínica Santa Mônica, em Macaé, o CREMERJ exigiu a colocação de uma bancada de assepsia na sala de parto, já que as condições de higiene não eram adequadas. O Hospital Geral de Arraial do Cabo, recém-construído, tem instalações modernas, mas que funcionam parcialmente. No local, não há cirurgia, tendo o paciente que ser transferido para Cabo Frio. O diretor do CREMERJ, Franklin Rubinstein, acredita que o hospital tem todas as condições de ser um centro cirúrgico importante da Região dos Lagos.

Baixada poderá sair da UTI

Uma espécie de Raio-X da situação da Baixada Fluminense foi apresentado pelos Conselhos Regionais da área da saúde, no encontro que tiveram no último dia 6 de julho, em Brasília, com o Ministro da Saúde, Adib Jatene. O encontro foi reforçado pelo manifesto de representantes de entidades civis da região e também das associações de moradores, que se organizaram em caravana - reunindo cerca de 50 pessoas - pedindo prioridades para para os moradores da Baixada. Não se falou apenas do Hospital da Posse - que está sob interdição ética desde o dia 29 de abril -, mas de todos os postos de atendimento médico e também das unidades que fazem parte do Programa Especial de Saúde da Baixada (PESB), que estão com funcionamento precário.

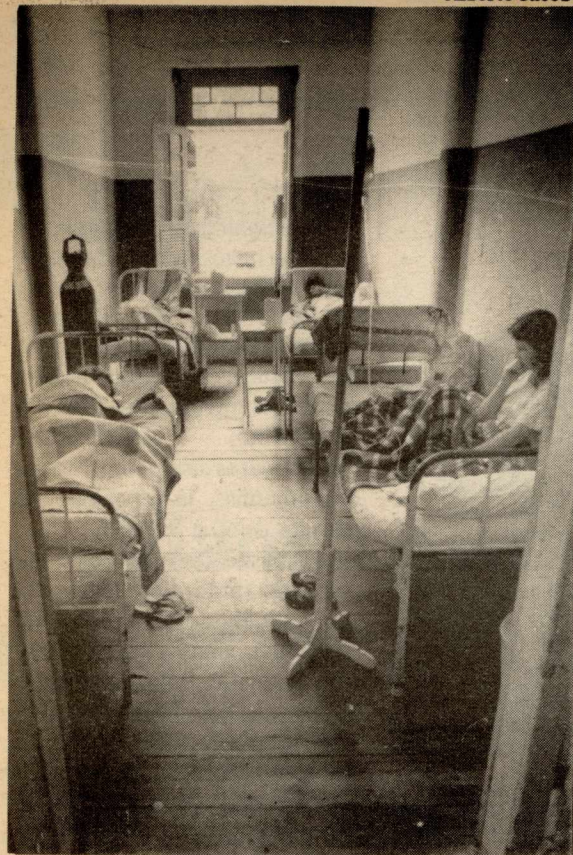
Adib Jatene prometeu resolver a carência de espaço físico na ala da emergência do HGNI, com a construção de um novo pavilhão, e se mostrou disposto a estudar a

proposta, apresentada pelos Conselhos, para a implementação de um regime de co-gestão na administração do Hospital da Posse, a exemplo do que está sendo feito no Hospital Geral de Bonsucesso. Desta forma, o Inamps dividiria com o município de Nova Iguaçu o gerenciamento da unidade. Em contrapartida, o ministro solicitou a formação de uma comissão de profissionais da área médica - que foi imediatamente constituída - para fazer um levantamento de toda a situação da Baixada. O Coordenador de Cooperação Técnica do Inamps, Nildo Aguiar, recebeu no dia 27 de julho um dossiê elaborado por esta comissão, dando início à auditoria solicitada pelo Ministério da Saúde.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro está responsável pela pauta de exigências mínimas, para que seja suspensa a interdição ética no Hospital da Posse. Os 28 médicos residentes que trabalhavam no

HGNI foram remanejados para outras unidades de saúde e suas bolsas cobertas pelo município de Nova Iguaçu, até que o hospital possa retornar a seu ritmo normal. O clima é de otimismo entre os médicos que estiveram em Brasília, como explicou o Coordenador da Delegacia Regional do CREMERJ na Baixada, Dr. Elias Feld: "As palavras do ministro colocaram uma ponta de esperança na situação atual. Não foram estipulados prazos, datas para a conclusão de alguns problemas, mas acredito que, no que diz respeito a situações emergenciais, o ministro irá priorizar e poderemos trabalhar e atender à população da Baixada Fluminense com um mínimo de dignidade", frisou.

Adib Jatene deverá fazer uma visita a todas as unidades de saúde da Baixada Fluminense, logo após a IX Conferência Nacional de Saúde.



O programa de interiorização do CREMERJ com as Delegacias Regionais chegou, no mês de julho, à Região dos Lagos. O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro fiscalizou hospitais e casas de saúde, públicas e privadas, em dez municípios (Cabo Frio, Macaé, Araruama, Saquarema, São Pedro D'Aldeia, Arraial do Cabo, Casemiro de Abreu, Barra de São João, Quissamã e Conceição de Macabu), além de realizar debates sobre ética em Cabo Frio e Macaé. De 9 a 11 de julho, o CREMERJ, acompanhado de outros Conselhos da área de saúde e da enfermeira Aparecida Francisco, do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual

de Saúde, chegou à conclusão que a Região dos Lagos também apresenta um sistema de atendimento precário e que a situação piora ainda mais no verão e nos fins-de-semana, quando a população chega a quintuplicar.

Na ocasião, foi verificado que a Casa de Caridade de Macaé não oferece condições ideais na sala de parto, onde são realizados, em média, dois partos por dia. A esterilização dos equipamentos é feita de maneira inadequada e as instalações da sala de parto e enfermaria são precárias. O Presidente do CREMERJ determinou que, até que sejam feitas reformas, as puerperas das enfermarias ficarão em quartos particulares. No dia 31, os Conselhos voltaram

à Casa de Caridade de Macaé e verificaram que estão sendo feitas obras na enfermaria e na maternidade. Os corredores do setor de obstetrícia foram fechados, ficando restritos a médicos e gestantes. O material em falta, como fita de autoclave e material para esterilização, foram comprados.

Em Cabo Frio, os Conselhos interditaram, por tempo indeterminado, a Casa de Saúde e Maternidade Cabo Frio, até que se cumpram as exigências feitas para o bom funcionamento do centro cirúrgico, centro de material de esterilização, serviço de Raio-x, lavanderia e berçário. A Casa de Saúde e Maternidade de Cabo Frio funciona ao lado do Instituto de Cardiologia São

**Garanta até
Cr\$ 21 milhões
de renda mensal
para você,
caso uma doença
ou acidente
o impeça
de trabalhar.**

**Informações
(021) 220-6266**

CLUBE DE SERVIÇOS DO PROFISSIONAL LIBERAL
Soc. Bras. Pat. Cervical Uterina e Colposcopia
Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia
Caixa de Assistência dos Advogados - CAARJ
Associação Brasileira de Odontologia - RJ
Sociedade de Cardiologia do Estado RJ
Sociedade Médica de Barra Mansa
Sociedade Médica de Petrópolis

— julho de 1992 —



VIOLÊNCIA

Violência ameaça
o serviço médico

Os médicos são as novas vítimas da violência urbana. A profissão, que tem como um dos objetivos salvar vidas alheias, passou a ser ameaçada pelos próprios pacientes indignados com as más condições de atendimento. A situação agravada pela violência "natural" do Grande Rio é mais sensível nos PAMs - os primeiros a receberem os doentes para a triagem e encaminhamento aos hospitais especializados. Os médicos dos postos trabalham de frente com a população revoltada e seus diretores não conseguem qualquer apoio da polícia. Preocupado, o CREMERJ decidiu ouvir as queixas e buscar a posição do Secretário Estadual de Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira.

Os profissionais de saúde do setor de emergência do PAM-Ramos (antigo Sandu de Ramos) tremem a cada nova chamada para um atendimento domiciliar.

Cercados pelas favelas do Alemão e Complexo da Penha, onde é registrado a maior densidade de favelados do Rio - 160 mil habitantes -, sentem de perto os problemas de violência. As brigas entre as facções de drogas criam uma armadilha para o médico. É entrar no morro para atender aos doentes e sair com a ajuda de algum morador. A ocupação desordenada das favelas também dificulta a ida da ambulância até a residência do doente. O caminho é feito quase todo a pé pela equipe médica, pelos pequenos becos e ruelas. Em caso de tiroteio, um paredon seria mais seguro.

Segundo o diretor técnico da unidade, Dr. Sérgio Araújo, são muitos os casos em que os profissionais de saúde tiveram suas vidas ameaçadas. Ele lembra que, assim que o sistema de saúde foi municipalizado, as cores das ambulâncias foram mudadas, o que foi suficiente para serem recebidas a tiros no morro. À noite,

como conta o Dr. Araújo, a comunidade pede para que a ambulância entre no morro de farol baixo, para evitar tumulto. E os médicos têm que se adaptar à lei imposta por marginais.

Os profissionais de saúde, que trabalham no PAM-Ramos, se queixam dos atendimentos domiciliares - em média 20 por dia - que são obrigados a fazer. Eles solicitam uma reavaliação do atendimento domiciliar, já que suas vidas estão ameaçadas. O diretor do PAM-Ramos, Brivaldo Ferreira de Queiroz, ressalta que não tem intenção de negar atendimento à população carente, mas compreende que o trabalho está ficando impossível de ser realizado. "O instinto de sobrevivência está, neste caso, falando mais alto que a ética médica", lamentou.

OPAM-Ramos é considerado um dos melhores do município do Rio, com atendimento de 500 pacientes/dia na unidade. O diretor da instituição já se reuniu com as

associações de moradores com o objetivo de explicar todos os problemas enfrentados pelos médicos naquela região e pedir apoio da comunidade para que o atendimento continuasse sendo feito com qualidade.

No município de Duque de Caxias, a exposição dos médicos à violência não é diferente. Com a municipalização do sistema de saúde alguns postos de atendimento deixaram de ter policiais militares e seguranças particulares. Os médicos do P.U. de Caxias fizeram inúmeras solicitações à Secretaria Municipal de Saúde para que a segurança fosse garantida. Com toda a insistência, os profissionais conseguiram um guarda de plantão, mas que, segundo médicos, não é assíduo.

No livro de ocorrência do P.U. de Caxias constam alguns casos de violência. O último ocorreu contra a médica Anelize Martins Coelho, quando um

cidadão embriagado tentou agredir com um pedaço de pau. As ameaças de morte e agressões verbais fazem parte da rotina dos médicos do P.U. de Caxias. Por ser uma unidade pública, a frequência de pacientes é variada. Doentes mentais, alcoolizados e pessoas revoltadas com o sistema de saúde brigam, batem e exigem um atendimento digno daqueles que também são vítimas da falência da saúde.

O Secretário Estadual de Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, considera os hospitais públicos os únicos que têm segurança garantida, com dois homens da polícia militar 24 horas por dia. Segundo o secretário, os postos de saúde, que têm maior necessidade de policiais, solicitam ao Batalhão mais próximo uma colaboração para inibir práticas de violência em locais públicos: "esta ajuda", continua o secretário, "nunca é negada pelo policial militar".

NOVOS MÉDICOS

Nos dias 1º e 22 de julho, novas turmas de médicos compareceram, ao auditório do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, para a solenidade da entrega do diploma, do CRMe, também, do Código de Ética Médica, que compõe o kit entregue aos formandos. Veja a seguir a relação de novos médicos do mês de julho:

Luciano Fernandes Brasileiro-CRM 52 55626-2; Tânia Ribas Vianna Lemos-CRM 52 55627-9; Elizabeth Eiroa Pastoriza-CRM 52 55628-5; André Lima da Cunha-CRM 52 55629-1; Milena Maria Costa Martins-CRM 52 55630-0; Claudia dos Santos Ferreira-CRM 52 55632-2; Jorge Vitorino Oliveira Bastos-CRM 52 55633-9; Ana Clara de Forbes Kneese-CRM 52 55638-0; Mônica Igreja Leite-CRM 52 55639-7; Patricia Mortimer Ferraz-CRM 52 55640-5; Marcelo Guimarães Barbosa-CRM 52 55643-4; Roberto Carlos Ferreira-CRM 52 55644-0; André Luis Fernandes Baiana-CRM 52 55646-3; Wania Maria de Souza Ferreira-CRM 52 55653-0; Rosane Trotta Barroso-CRM 52 55654-6; Leila Warszawski-CRM 52 55655-2; Elane Marla Brito Souza-CRM 52 55656-9; Simone Lino Mello-CRM 52 55659-8; Ricardo Soares da Costa-CRM 52 55660-6; Adriana Neiva-CRM 52 55661-2; Heloisa Pereira

Ramalho-CRM 52 55662-9; Maria Teresa Fernandez Blanco-CRM 52 55665-8; Alejandro Francisco Narvaez Chacon-CRM 52 55666-4; Simone Abreu-CRM 52 55667-0; Gina Coelho Marins Frauches-CRM 52 55672-4; Eulalia Couto Neves-CRM 52 55673-0; Marcia Cristina Côrea Silva-CRM 52 55674-7; Nair Jansen de Mello-CRM 52 55679-9; Carlos Manuel Corrêa da Silva-CRM 52 55680-7; Salvador Vicente Grisolia-CRM 52 55681-3; Arnaldo Fleury Moreira-CRM 52 55682-0; Gilberto Alves Ramos-CRM 52 55684-2; Simone Barreiros Caetano-CRM 52 55685-9; Jorge de Freitas Valpassos-CRM 52 55686-5; Cleide Helena Bentes Bastos-CRM 52 55687-1; Maria Cristina Vicente de Sá-CRM 52 55688-8; Sergio Sclerarc Carneiro-CRM 52 55689-4; Eliane Barros Coutinho-CRM 52 55690-2; Lilian Carvalho Garcia-CRM 52 55691-9; Isaura Cristina Pires Alves Ferreira-CRM 52 55692-5; Lucilia Gomes Meduna-CRM 52 55693-1; Ilsa de Souza Carvalho-CRM 52 55694-8; Cláudia Ramos Marques da Rocha-CRM 52 55695-4; Rinaldo Ribeiro Maia-CRM 52 55696-0; Francisco de Assis Pereira Filho-CRM 52 55697-7; Cristiane Garcia-CRM 52 55698-3; Dalton Luis Dreyer Ferreira-CRM 52 55699-0; Pécio Ferreira Filho-CRM 52 55700-8;

Walter Riehm-CRM 52 55701-4; Elza Maria Figueiras P. de Cerqueira-CRM 52 55702-0; Helenice Rosa da Silva-CRM 52 55703-7; Écio Barbosa Fraga-CRM 52 55704-3; Patricia Bandeira dos Santos-CRM 52 55705-0; Cleopatra da Costa Oliveira-CRM 52 55706-6; Carlos Henrique Eiras Falcão-CRM 52 55707-2; Antonio Paulo Dumont Bigatello-CRM 52 55708-9; Radanezi Potengy Junior-CRM 52 55709-5; Marcos Antonio Cardoso dos Santos-CRM 52 55710-3; Luiz Derwal Salles Junior-CRM 52 55718-4; Vania Maria Pinto Moreira da Rocha-CRM 52 55560-1; Simone Lima Ferreira-CRM 52 55722-1; Heloisa Mury Fernandes-CRM 52 55723-8; Paulo Henrique Ribeiro Bloise-CRM 52 55724-4; Paula Alexandra da S.L. Canosa-CRM 52 55726-7; Maisa Cisneiros Perissé-CRM 52 55727-3; Maria Thereza B. Fernandes-CRM 52 55728-0; Marco Aurelio Kaled Reggazzo-CRM 52 55729-6; Luis Carlos Guedes-CRM 52 55730-4; Kátia Gonçalves de Pinho-CRM 52 55731-0; Roberto Raposo Ciotola-CRM 52 55732-7; Michele Dominici-CRM 52 55733-3; Guilherme Santos Crespo-CRM 52 55734-0; Leandro Campos D'Orsi-CRM 52 55735-6; Andrea Mazoni Lopes-CRM 52 55736-2; Dayse Domett Nascimento-CRM 52 55737-9; Miriam Constan

Werneck-CRM 52 55738-5; Alexandre José P. Donato-CRM 52 55739-1; Sandra Nara S. de Almeida-CRM 52 55745-4; Andréa Rodrigues C. Pires-CRM 52 55746-8; Beatriz Serra Feijó-CRM 52 55747-4; Luis Domingos Ramos Costa-CRM 52 55748-0; Danuza Ferreira Elias-CRM 52 55749-7; Iris dos Santos Sobreira-CRM 52 55754-0; Henrique Lambret-CRM 52 55755-7; Paulo Henrique Fraga-CRM 52 55756-3; Marília de Fátima S. Pinheiro-CRM 52 55757-0; Rejane Costa Araújo-CRM 52 55758-6; Léa Pikelhaizen-CRM 52 55759-2; Adriana Burlá-CRM 52 55760-0; Jeane Pinto Doffiny-CRM 52 55761-7; André Santiago Rangel Lima-CRM 52 55762-3; Cláudia Guerra Murad Ferreira-CRM 52 55763-0; Jurandir José Furtado Junior-CRM 52 55764-6; Célio de Barros Barbosa-CRM 52 55765-2; Márcia Rosane F.M. da Silva-CRM 52 55766-9; Mauro Cesar Christiano Alves-CRM 52 55767-5; Maxwell Goulart Barreto-CRM 52 55768-1; Carlos Renato Bortolini-CRM 52 55770-6; Marília de Abreu Hudson-CRM 52 55771-2; Wilson Costa Alves-CRM 52 55776-4; Geldo José dos S.

Cavalcante-CRM 52 55777-0; Karen Sacks-CRM 52 55778-7; Lilian Vieira Carestati-CRM 52 55779-3; Pedro Henrique Barros Mendes-CRM 52 55780-1; Eliane Pereira da Silva-CRM 52 55781-8; Jorge Luiz Borges Duque-CRM 52 55782-4; Alexandre Braga Raphael-CRM 52 55783-0; Gustavo Luis Soares de Carvalho-CRM 52 55784-7; Claudia Guimarães Menezes-CRM 52 55785-3; Alex Gonçalves Gaspar-CRM 52 55786-0; Flávia Guimarães da Silva-CRM 52 55788-2; Patricia Maciel Pachá-CRM 52 55789-9; Monica Gomes Monteiro-CRM 52 55790-7; Vagner da Silva Bermeijo-CRM 52 55791-3; Cristiane Marins Ferreira-CRM 52 55792-0; Fábio Portanova Barros-CRM 52 55794-2; Gisellane Lacerda Figueiredo-CRM 52 55795-9; Débora de Oliveira de Paula-CRM 52 55796-5; Roberto Felipe C. da Silva-CRM 52 55799-4; Cláudia Aparecida Matioli-CRM 52 55800-2; Luis Curvello Rezende-CRM 52 55801-9; Marcelo de Paiva Castro-CRM 52 55802-5; Tereza Maria Rangel Machado Vianna Tavares-CRM 52 55452-4; Eduardo Vera Tibiriça-CRM 52 55631-6; Leonardo Nogueira Montenegro-CRM 52 55645-7; Maria Gertrudes Fernandes Pereira-CRM 52 55664-1.

SERVIÇO

Clube do Osso luta pela vida

Quando o médico Cláudio Lemos - especialista em patologia óssea - começou nos anos 60 a se reunir com radiologistas, ortopedistas e reumatologistas na Santa Casa de Misericórdia, sua intenção era de estudar e difundir a importância de sua profissão, em busca de diagnósticos mais precisos para inúmeros casos de doenças do osso. Porém, ele não imaginava que, 30 anos depois, o resultado destes encontros resultariam em um dos maiores bancos de dados e diagnósticos sobre o assunto no mundo. Estas reuniões foram por ele apelidadas de "Clube do Osso", por se tornarem periódicas e seus participantes fiéis ao compromisso do grupo de estudos e diagnóstico. Um trabalho minucioso, mantido pela paixão que Cláudio Lemos tinha por sua profissão.

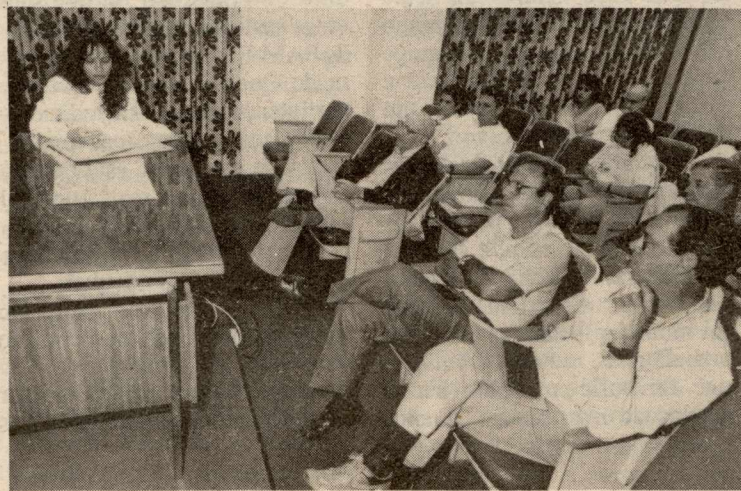
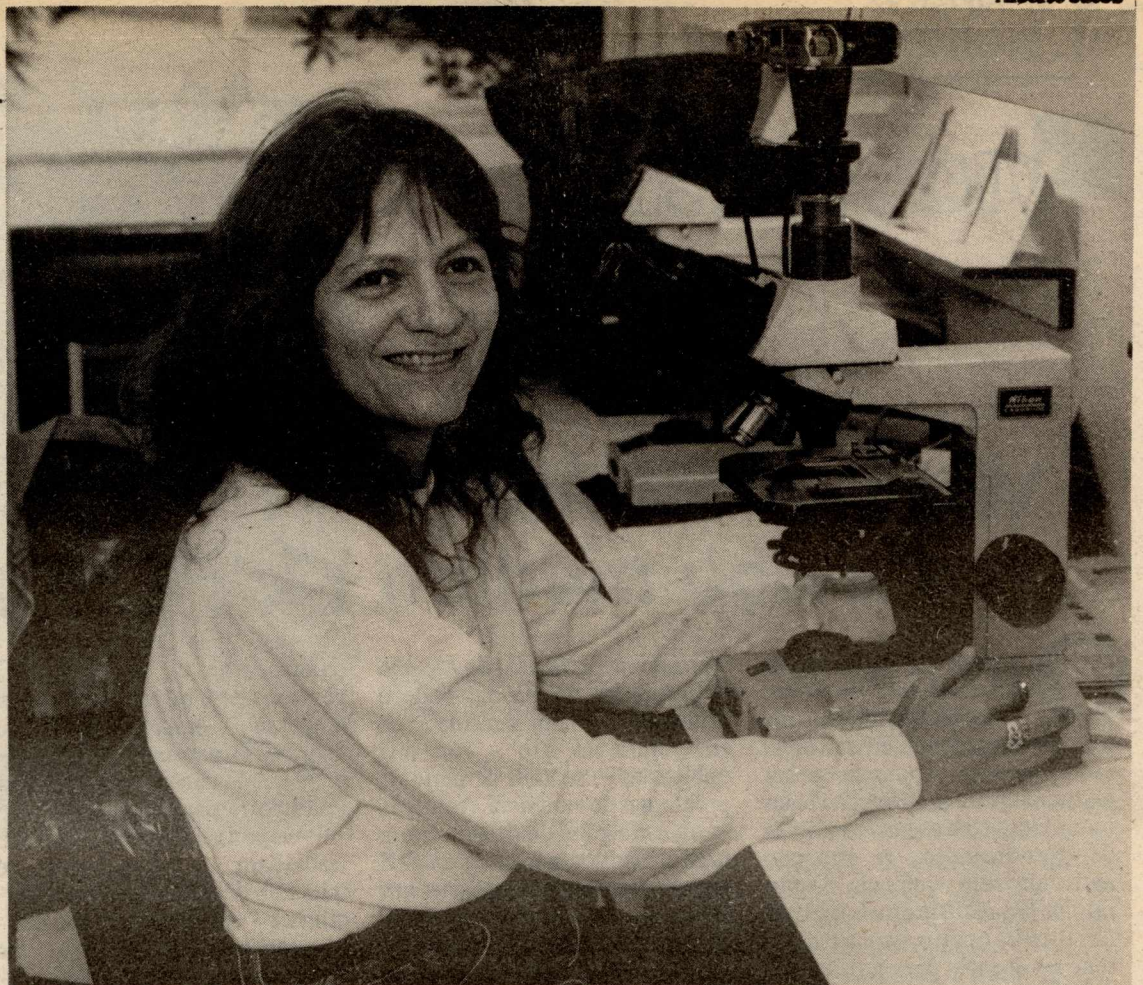
Atualmente, o "Clube do Osso" funciona na Clínica Bambina, em Botafogo, e é administrado pela Dra. Irecê Lins Aymoré, esposa de Cláudio Lemos, desde que ele faleceu, há três anos. O arquivo consta de sete mil casos catalogados e compostos de relatórios, fotos e slides, que são detalhadamente estudados, para que o diagnóstico seja preciso. Segundo a Dra. Irecê, os casos mais comuns estudados pelo

"Clube do Osso" são tumores ósseos, displasias ósseas, doenças metabólicas e traumatismo. "Pessoas de todas as partes do Brasil e também da América Latina nos procuram para apresentar casos de diferentes níveis de gravidade, apesar de, no Brasil, serem poucos os profissionais desta área que possuem especialização em patologia óssea", explicou. O acervo privilegiado do "Clube do Osso" é procurado até mesmo por especialistas de outros países da América Latina e Europa, por ser um dos mais completos do mundo.

Dos arquivos do "Clube do Osso" já foram feitas 18 teses e várias publicações. Apesar de ser um arquivo particular, a Dra. Irecê faz questão de frisar que ele está aberto para pesquisas. Sua única preocupação é mantê-lo em perfeito estado, uma vez que utiliza verba própria para este fim.

"Nossa intenção é transformar o trabalho de meu marido, enfim, toda a sua vida, em uma Fundação, algo que seja para uso geral de estudantes e especialistas e principalmente para a formação de novos patologistas ósseos, que são raros aqui no Brasil", adverte.

Mantendo a tradição iniciada pelo marido, a Dra. Irecê começa rigorosamente às terças-feiras, sempre às 19 horas, as reuniões do



Persistência é a marca do Clube

"Clube do Osso". Semanalmente são discutidos quatro casos por sessão e a Dra. Irecê conta com a sua própria força de vontade e ajuda de amigos como os radiologistas José Raimundo de Lima Pimentel e Paulo Miguel Hemais, os mais fiéis "associados" do "Clube do Osso", com quem ela divide parte do trabalho. Ela reclama que são

poucos os profissionais que se interessam em estudar a patologia óssea, por causa dos gastos com a especialização e também com a manutenção dos serviços. "Um livro de patologia óssea custa em média Cr\$ 1,5 milhão e, hoje em dia, o profissional de saúde busca aliar a vocação a algo rentável. Mais ainda no caso da patologia óssea, que estuda diagnósticos e

se destina à pesquisa", assinala.

Para formar um bom profissional, adverte a Dra. Irecê, são necessários no mínimo 10 anos de estudos, que na verdade nunca terminam. Um exemplo é a própria médica, que vai para Portugal e para a Espanha, estudar ainda mais e tentar trazer para o Brasil pessoas com conhecimento no assunto. "Minha única preocupação é continuar o trabalho de meu marido e, para isso, pretendo formar um bom profissional que, como nós, se dedique por inteiro ao nosso trabalho. A patologia óssea é um sacerdócio e é preciso, acima de tudo, muito amor para seguir em frente", adianta ela.

Os interessados em participar das reuniões do "Clube do Osso" ou ainda assistir às aulas de especialização que a Dra. Irecê ministra periodicamente devem procurá-la na Clínica Bambina - Rua Bambina, 56/110 - Botafogo, tel: 286-2841, no horário comercial.

Jornal do CREMERJ

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Pça. Mahatma Gandhi, 2 - Grupo 1.001 - Centro - CEP 20018 - RJ - Tel.: 210-3216

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT/RJ - 2257/90



IMPRESSO